

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

“GBC TECNOLOGIA E INTELIGENCIA DE TI LTDA.”

CNPJ nº 35.817.425/0001-72

NIRE nº 35.630.497.809 – 18/12/2019

Pelo presente instrumento particular de contrato e na melhor forma de Direito, o abaixo assinado:

GUILHERME BOSSERT COELHO

brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG. nº 56.551.536-6 SSP/SP e do CPF nº 512.140.508-16, residente e domiciliado à Rua Marinópolis, nº 07 – Conj. Hab. Brig. Faria Lima – Cep: 04840-260 – São Paulo – SP.

Único sócio componente da Sociedade Limitada Unipessoal, com a denominação de **GBC TECNOLOGIA E INTELIGENCIA DE TI LTDA**, com sede e foro à Rua Marinópolis, nº 07 – Conj. Hab. Brig. Faria Lima – Cep: 04840-260 – São Paulo - SP, devidamente registrada na JUCESP sob n.º 35.630.497.809 em sessão de 18/12/2019, resolve alterar e consolidar o Contrato Social mediante cláusulas e condições a seguir:

Primeira Alteração – Cláusula Terceira

A Sociedade Limitada Unipessoal passará a ter sua sede e foro no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, à **Rua Verbo Divino, 2001, Bloco B, 3º andar, Sala 305 – Chácara Santo Antonio – Cep: 04719-002**, podendo abrir e estabelecer filiais ou sucursais em qualquer parte do território nacional, por simples deliberações do sócio.

Segunda Alteração – Cláusula Sexta

O capital social que era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), passa a ser de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) representado por 500.000 (quinhentas mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pelo titular. Em decorrência do aumento de capital social, este fica assim distribuído:

GUILHERME BOSSERT COELHO.....500.000 quotas totalizando R\$ 500.000,00

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL

R\$ 500.000,00

Parágrafo Único

A responsabilidade do sócio é limitada e restrita ao valor de suas quotas, e responde solidariamente pela integralização do total do Capital Social, nos termos do artigo 1052, conforme Instrução Normativa 63 da DREI.

Em virtude das alterações acima, resolve o sócio - administrador promover a consolidação do Contrato Social, revogando todas as cláusulas e condições do contrato anterior, passando o novo contrato a vigorar com a seguinte redação

af

“GBC TECNOLOGIA E INTELIGENCIA DE TI LTDA.”

CNPJ nº 35.817.425/0001-72

NIRE nº 35.630.497.809 – 18/12/2019

Cláusula Primeira

A Sociedade Limitada Unipessoal, girará sob a denominação social de **“GBC TECNOLOGIA E INTELIGENCIA DE TI LTDA”**.

Parágrafo Único

O sócio-administrador declara não possuir outra empresa enquadrada nesta modalidade

Cláusula Segunda

A Sociedade Limitada Unipessoal usa como título de expressão fantasia, **“GBC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES”**.

Cláusula Terceira

A Sociedade Limitada Unipessoal tem sua sede e foro à **Rua Verbo Divino, 2001, Bloco B, 3º andar, Sala 305 – Chácara Santo Antonio – Cep: 04719-002**, podendo abrir e estabelecer filiais ou sucursais em qualquer parte do território nacional, por simples deliberações do titular.

Cláusula Quarta

A Sociedade Limitada Unipessoal tem por objetivo a prestação dos serviços de: tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem na internet, desenvolvimento de programas de computadores sob encomenda e os serviços de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

Cláusula Quinta

O prazo de duração da Sociedade Limitada Unipessoal é por tempo indeterminado.

Cláusula Sexta

O Capital Social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), representado e dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas neste ato pelo sócio em moeda corrente do País, da seguinte forma:

GUILHERME BOSSERT COELHO 500.000 quotas totalizando R\$ 500.000,00

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL

R\$ 500.000,00

Parágrafo Único

A responsabilidade do sócio é limitada e restrita ao valor de suas quotas, e responde solidariamente pela integralização do total do Capital Social, nos termos do artigo 1052, conforme Instrução Normativa 63 da DREI.

Cláusula Sétima

A administração da Sociedade Limitada Unipessoal caberá à **GUILHERME BOSSERT COELHO**, já qualificado acima, sendo que na qualidade de sócio-administrador, assinará sempre isoladamente, podendo representar ativa e passivamente a empresa,

cf

judicial e extrajudicial, perante terceiros e praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da empresa.

Parágrafo Primeiro

A Sociedade Limitada Unipessoal poderá constituir procuradores com poderes especiais, devendo estes poderes ter prazos de validade determinados e específicos, exceto aqueles relativos às procurações "*ad judícia*".

Parágrafo Segundo

É vedado ao sócio-administrador, bem como aos procuradores por ela nomeados, a prestação de garantias, fianças, ou avais a terceiros, em nome da Sociedade Limitada Unipessoal.

Parágrafo Terceiro

As deliberações do sócio-administrador, obedecido ao disposto no art. 1.010, serão tomadas em reunião, quando o titular decidirá diretamente e por escrito, sobre as deliberações, data esta da aprovação e assinatura do Balanço Patrimonial, ficando dispensadas as formalidades de Assembleia conforme o art. 1.072.

Parágrafo Quarto

O sócio-administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1011, CC/2002).

Parágrafo Quinto

O sócio-administrador fica dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo Sexto

O sócio-administrador fará a divisão das tarefas e a execução da sua gestão.

Cláusula Oitava

Ao sócio-administrador, será assegurada uma retirada mensal a título de Pró-Labore, fixada no início de cada exercício social de comum acordo e em obediência ao Regulamento do Imposto de Renda.

Cláusula Nona

O exercício social coincidirá com o ano calendário, sendo que no dia 31 de dezembro de cada ano, onde serão levantadas as demonstrações contábeis que deverão ser transcritas no Livro Diário da sociedade.

Parágrafo Primeiro

A Sociedade Limitada Unipessoal poderá levantar demonstrações contábeis em qualquer mês do exercício calendário e em função desses resultados distribuir lucros a seus sócios.

Parágrafo Segundo

O exercício social poderá por deliberação do sócio-administrador, ter duração inferior a um ano, sendo mensal, bimestral, trimestral ou semestral, e neste caso deverá iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último dia do período em apuração.

9

Parágrafo Terceiro

Os lucros ou prejuízos regularmente apurados em balanços gerais ou especiais serão divididos ou suportados pelo titular, proporcionalmente à participação no Capital Social, podendo ainda, por deliberação do sócio-administrador, que sejam os lucros levados total ou parcialmente a conta de lucros em suspenso ou reserva de lucros.

Cláusula Décima

A morte, falência, interdição ou ausência declarada em juízo, não acarretará a dissolução da Sociedade Limitada Unipessoal que só se dissolverá por deliberação dos herdeiros, sucessores ou incapaz, ressalvadas as hipóteses de dissolução judicial, continuando a existir com os herdeiros, sucessores ou incapaz. Os herdeiros, sucessores ou incapaz, receberão os seus haveres sendo apurado um balanço especialmente levantado por ocasião do evento, que dera causa ao pagamento, em 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela após 120 (cento e vinte) dias da data do balanço especial.

Cláusula Décima Primeira

O sócio-administrador declara conforme o artigo 1011 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que não está impedido de exercer as atividades mercantis e civis.

Cláusula Décima Segunda


Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões do presente contrato, fica eleito desde já, o foro da Comarca de São Paulo, no estado de São Paulo, preterindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Décima Terceira

A Sociedade Limitada Unipessoal indica a adoção da Lei das Sociedades Anônimas como supletiva nas hipóteses em que haja permissão legal.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença das duas testemunhas abaixo, em 1 (uma) via de igual teor, sendo esta via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

São Paulo, 14 de Março de 2023.



GUILHERME BOSSERT COELHO

Testemunhas :


Paulo Henrique Ribeiro

RG. N.º 43.711.557-4 SSP/SP


Moisés Elis Cabrobó

RG. N.º 57.433.774-X SSP/SP